

A pesca artesanal na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina: um patrimônio da cultura local

Artisanal fishing in the South Bay of Santa Catarina Island: a heritage of local culture

La pesca artesanal en sur de la Isla de Santa Catarina: una herencia de la cultura local

Ricardo Pinho¹

Recebido em: 30/6/2015
Aceito para publicação em: 19/8/2016

¹ Mestrando do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profistória) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Resumo: A pesca artesanal praticada na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina constitui uma atividade econômica cuja história remonta, pelo menos, ao período colonial. Os colonos açorianos que ocuparam a ilha no século XVIII já tinham na pesca uma de suas principais atividades de subsistência e renda. Ao longo do tempo, todo um conjunto de saberes e mesmo um modo de vida foram elaborados em torno dessa atividade, que se encontra hoje em franco declínio. Este artigo procura apresentar, com base especialmente na memória e no depoimento de velhos pescadores, alguns dos elementos que compõem o complexo sistema de saberes e práticas pertencentes a essa atividade.

Palavras-chave: patrimônio cultural; pesca artesanal; Ilha de Santa Catarina.

Abstract: Artisanal fishing practiced in the South Bay of Santa Catarina Island is an economic activity, the history of which dates back to at least the colonial period. At the time the Azorean settlers occupied the island in the eighteenth century fishing was already one of their main livelihood and income activities. Over time, a whole set of knowledge and even a way of life has been built around this activity which is today in decline. This article seeks to present, especially from memory and based on the testimony of old fishermen, some of the elements that make up the complex system of knowledge and practices pertaining to this activity.

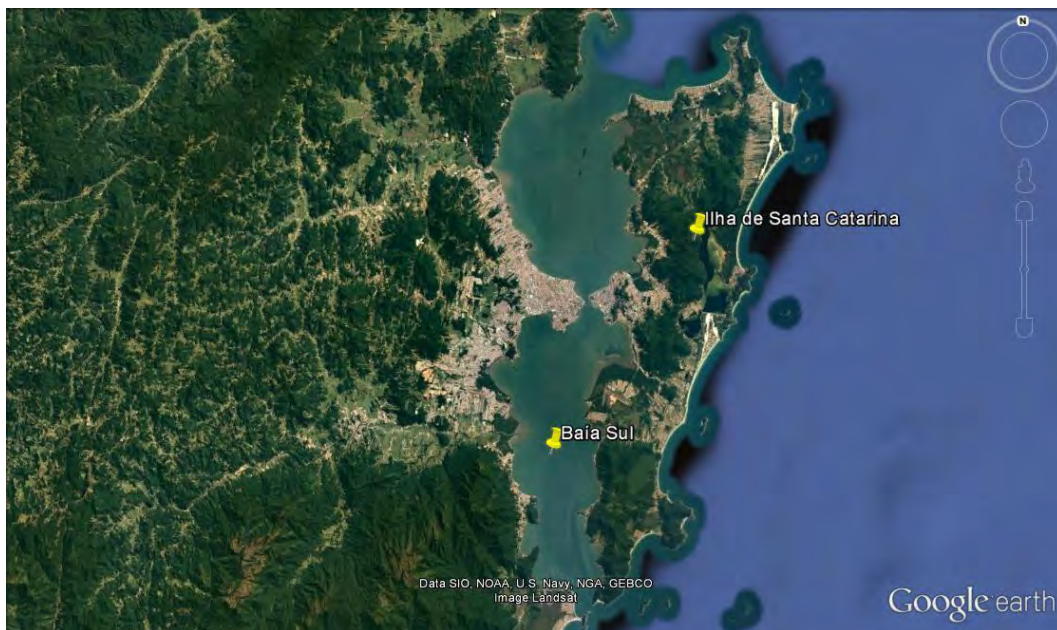
Keywords: cultural heritage; small-scale fishing; Santa Catarina Island.

Resumen: La pesca artesanal se practica en la bahía del sur de la Isla de Santa Catarina es una actividad económica cuya historia se remonta al menos a la época colonial. Colonos de los Azores que ocuparon la isla en el siglo XVIII ya poseían la pesca en una de sus principales actividades de subsistencia y de ingresos. Con el tiempo, todo un conjunto de conocimientos, e incluso un modo de vida se ha construido alrededor de esta actividad que está hoy en declive. Este artículo intenta presentar, sobre todo de la memoria y en el testimonio de viejos pescadores, algunos de los elementos que componen el complejo sistema de conocimientos y prácticas que caracterizan esta actividad.

Palabras clave: patrimonio cultural; pesca artesanal; Isla de Santa Catarina.

UM PATRIMÔNIO DA CULTURA LOCAL

A estreita faixa de mar que separa a Ilha de Santa Catarina do continente fronteiro é um berço ou abrigo natural de uma diversificada fauna marinha. Os rios que descem das serras vizinhas desembocam no mar manso da baía e dão origem a manguezais, que são criadores naturais de variadas espécies de peixes, crustáceos e moluscos. A riqueza da fauna atraiu seres humanos para a região desde tempos bastante remotos, quando grupos de caçadores-coletores puderam abandonar o nomadismo e se fixar na terra, à beira-mar, onde aprenderam a extrair o berbigão, a ostra e o marisco e a pescar com redes e anzóis. Os primeiros grupos humanos a habitar esse local são conhecidos hoje especialmente pelos grandes montes de conchas que construíram, os sambaquis, por meio da acumulação de conchas de moluscos e ossos dos peixes que consumiam. A eficiência do seu modo de vida pode ser medida pelo tempo em que permaneceram como senhores da Ilha de Santa Catarina: desde cerca de 6.000 até aproximadamente 2.000 anos atrás.

Figura 1 – Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) – destaque para a Baía Sul

Fonte: Google Earth (2016)

Quando os grupos carijós (guaranis do litoral) ocuparam a ilha, por volta do ano 1.400 da nossa era, os construtores de sambaquis já haviam desaparecido há mais de 1.500 anos. Por essa razão, é difícil estabelecer alguma continuidade entre uma cultura e outra. Os guaranis são oriundos do sudeste da Amazônia, de onde vieram seguindo os cursos de rios navegáveis, em canoas feitas de um só tronco de árvore. Suas técnicas de navegação e pesca seriam adaptadas ao ambiente marinho da ilha, onde aprenderam também a coletar moluscos. Essas novas práticas, aliadas às suas atividades tradicionais de agricultura, caça e coleta silvestre, garantiram-lhes os meios de subsistência até que fossem capturados ou expulsos pelos bandeirantes vicentinos, no século XVI.

Pouco mais de dez anos após a chegada de Colombo à América, a ilha (denominada Ilha de Santa Catarina pelo navegador veneziano Sebastião Caboto, em 1526) começava a ser frequentada por navios europeus de diferentes bandeiras. Os navegantes que passaram por ela nessa época deixaram relatos sobre a boa recepção que tiveram dos indígenas locais, por meio dos quais conseguiam, mediante escambo, o fornecimento de água potável, madeira, caça e peixe, além de acolhimento e abrigo para os naufragos. No entanto, em meados do século XVIII, quando a Coroa portuguesa decidiu colonizar de fato as terras meridionais do Brasil, tendo a Ilha de Santa Catarina como principal núcleo de povoamento, já não havia notícias de presença indígena nessa ilha fazia mais de um século. Na ocasião, foram enviados para o sul do Brasil cerca de 6 mil pessoas, originárias dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. O objetivo da Coroa era povoar as terras meridionais da colônia e gerar um contingente capaz de fornecer soldados para as tropas que disputavam com os espanhóis a fronteira sul da América. Os colonos receberam pequenas glebas de terra, as quais deveriam cultivar para se sustentar e abastecer de víveres as tropas.

Era desejo da Coroa que os colonos se tornassem autossuficientes o mais breve possível, vindo a produzir os meios necessários para o seu sustento. E foi isso o que de fato aconteceu. Embora tivessem de enfrentar, nos primeiros anos, uma série de dificuldades de todas as ordens, os imigrantes e seus descendentes logo começaram a produzir os itens necessários à sua subsistência, chegando mesmo, ao final do período colonial, a apresentar índices de exportação significativos (especialmente de óleo de baleia e farinha de mandioca). No fim

do século XVIII, a capitania de Santa Catarina já apresentava uma organização econômica capaz de lhe garantir a autossuficiência. As principais atividades nesse período eram a agricultura e a pesca; esta última teria recebido mais investimentos e alcançado maior complexidade na organização do trabalho, com ampla utilização da mão de obra escrava. A pesca da baleia para a extração do óleo, usado principalmente na iluminação, foi sem dúvida o principal ramo da atividade pesqueira no período colonial e contribuiu bastante para que esta alcançasse tal importância na economia ainda incipiente da capitania.

Em toda a zona litorânea de Santa Catarina sempre se praticou a pesca, e essa atividade desempenhou uma função essencial nos quadros da economia de subsistência da região. [...] Contudo, com a progressiva integração de Santa Catarina à economia colonial, a pesca passou de atividade de subsistência a atividade lucrativa, acarretando crescente interesse pela industrialização do peixe. A conservação do peixe pela salga e sua exportação para outras regiões da Colônia, bem como a exploração da pesca da baleia e de alguns dos seus derivados, logo se firmaram como um dos primeiros núcleos de expansão da economia catarinense (CARDOSO, 2000, p. 59).

Desde o fim do século XVIII, entretanto, a pesca da baleia entrou em acelerado declínio, levando ao fechamento de quase todas as armazéns instaladas na costa catarinense. Por outro lado, a pesca praticada nas comunidades fundadas por imigrantes açorianos, como meio de subsistência e no pequeno comércio local, continuou a existir com a mesma intensidade até muito recentemente. Essas comunidades haviam sido fundadas com base na pequena propriedade agrícola, em que se empregava sobretudo a mão de obra familiar. Uma pequena agricultura complementada pela pesca artesanal (ou vice-versa) formou, dessa maneira, a base de um modo de vida e de uma cultura que persistiram até pelo menos a segunda metade do século XX, quando a especulação imobiliária e a expansão da pesca industrial os tornaram impraticáveis².

A pesca artesanal praticada secularmente nas praias da Ilha de Santa Catarina passaria a contar, desde então, com uma concorrência predatória, iniciando um processo de declínio que vem se arrastando até esse início de século XXI. De acordo com Silva (1992, p. 175), a decadência da pesca artesanal

[...] não está relacionada com o “falacioso” discurso de esgotamento dos recursos, mas com a desigual concorrência que se estabelece, de forma conflituosa, com a pesca industrial, visto que a potência das grandes embarcações permite a realização do processo de captura em alto mar, enquanto que as condições tecnológicas das pequenas embarcações não permitem a extrapolação das proximidades do litoral.

A decadência da pesca artesanal em Florianópolis – um fenômeno dos últimos 50 anos e que coincide, portanto, com o processo de modernização da cidade – impacta diretamente nas condições e no modo de vida de centenas de famílias das comunidades tradicionais da ilha. Na imprensa, essa situação já ganhou visibilidade por mais de uma vez. Em outubro de 2000, por exemplo, o jornal *A Notícia* publicou uma matéria assinada pelo jornalista Cristiano Vogel, com o título: “Falta de incentivo põe em risco a pesca artesanal. Atividade ainda garante sobrevivência de cerca de 5 mil pessoas, mas segue tendência à extinção”. Recuamos no tempo por mais duas décadas e encontramos a seguinte matéria,

² A existência de numerosos e amplos terrenos públicos de uso comunitário, empregados livremente tanto para a extração de lenha quanto para a agricultura e a pequena criação familiar, contribuía para garantir a subsistência e uma relativa autossuficiência dessas comunidades. *Conf.* Campos (1991).

publicada no jornal *O Estado*, em janeiro de 1981: “Progresso acaba com a pesca artesanal na ilha”. Essas duas notícias (ambas de uma página inteira!) confirmam dois fenômenos já mencionados, mas que são especialmente importantes para nossa linha de raciocínio: 1.º) A pesca artesanal era considerada uma atividade tradicional na ilha. Afinal, é uma atividade que se encontrava “em risco”, que “ainda garante a sobrevivência de 5 mil pessoas” (grifo meu) e que pode acabar pela ação do “progresso”; 2.º) A decadência dessa atividade tradicional era notória pelo menos desde o início da década de 1980.

Mas, afinal de contas, o que é pesca artesanal? De acordo com as pesquisadoras Vera Lúcia da Silva e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (2012), a pesca artesanal “é atividade produtiva caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado. Emprega, como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (quando não apenas movidas por remos e velas), contando, no mais, com a força e o empenho do corpo humano”. Nesse caso, que importância teria a pesca artesanal praticada na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina? Por que a preocupação demonstrada nos jornais de períodos tão distintos com a possibilidade de extinção dessa prática? Constituiria ela um bem cultural das comunidades que a executam? Pode ser considerada, portanto, um patrimônio ainda vivo (embora ameaçado) das comunidades locais?

Em primeiro lugar, faz-se necessário dizer algumas palavras sobre a pesca artesanal praticada na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina. Conforme se viu anteriormente, o que caracteriza a pesca artesanal, basicamente, é a condição de autonomia do trabalho, realizado de forma simples, por pessoas que moram nas proximidades do local onde pescam. Esse “local”, no entanto, pode ser um rio, lago ou mar, em qualquer região do país ou fora dele. Assim, dependendo do lugar onde a pesca é realizada, muitas diferenças podem existir em termos de equipamentos, técnicas e conhecimentos necessários para a sua realização. A pesca praticada nas baías da Ilha de Santa Catarina tem, naturalmente, suas especificidades, que vêm sendo elaboradas, reproduzidas e reelaboradas há séculos e incorporando elementos de diferentes culturas³. O modelo de pesca realizado em tais áreas difere em muitos aspectos daquele que é efetuado, na mesma Ilha de Santa Catarina, nas praias de mar aberto, fora das baías. E mesmo entre as baías norte e sul existem particularidades que dão a cada área de pesca a sua identidade própria e exigem dos pescadores conhecimentos específicos, os quais são transmitidos, durante as atividades laborais, pelos pescadores mais experientes aos mais novos.

O escritor catarinense Othon Gama d’Eça, em seu livro de contos *Homens e algas*, cuja primeira edição foi publicada em 1957, vislumbra diferenças de caráter psicológico entre os pescadores das baías e os pescadores de mar aberto. No conto “Comparações”, define o pescador das baías como “esquivo e taciturno”, pouco dado a conversas prolongadas, “escuta apenas e não discute”. Por outro lado, “os pescadores de Canasvieiras, dos Ingleses, de Itapema, são alegres e joviais, quase infantis; talvez porque sintam a morte mais perto e queiram, por isso, aproveitar bem o dia que estão vivendo” (D’EÇA, 1992, p. 54). Constatação bastante subjetiva, sem dúvida. Talvez, no entanto, interesse menos os juízos feitos por D’Eça a respeito de um grupo e outro do que o fato de ele ter experimentado essas impressões – de coloridos diferentes na imagem que via nos pescadores de uma e outra área.

Independentemente das possíveis variações de ordem psicológica entre os antigos pescadores do “mar de dentro” e do “mar de fora”⁴, não há dúvida de que se pode verificar entre eles um modo de vida diferenciado, associado a práticas de trabalho desenvolvidas ao

³ Embora a maior parte dos povoados coloniais da Ilha de Santa Catarina tenha sido fundada por imigrantes açorianos e madeirenses, a cultura que se formou desde então bebeu água de diferentes vertentes, sobretudo indígenas e africanas.

⁴ Os pescadores usam a expressão “mar de fora” para se referir ao oceano, que banha a costa leste da ilha; o “mar de dentro” é o mar das baías (norte e sul), cujas águas separam a Ilha de Santa Catarina do continente fronteiriço.

longo de incontáveis gerações, desde o período colonial. Suas habilidades e os conhecimentos necessários ao exercício da profissão eram transmitidos pela oralidade e pela observação, formando tradições e expressões de vida capazes de dar às suas comunidades um caráter singular. Ora, na definição da Unesco para patrimônio imaterial, podemos ler o seguinte: “O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes” (UNESCO, 2015). Parece que tal definição se aproxima bastante da situação dos pescadores das baías da Ilha de Santa Catarina, cujo modo de vida vem se reproduzindo de maneira tradicional há muito tempo. Seus saberes, técnicas e práticas profissionais, articulados a um modo de viver muito característico, enquadram-se também na definição de patrimônio imaterial dada pelo IPHAN:

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, 2015, grifos meus).

A maneira como a preservação do patrimônio foi tratada no Brasil, durante todo o século XX, contribuiu para a construção de um retrato do país que se confunde com a cultura dos colonizadores europeus, assim como para reproduzir a estrutura social por eles implantada. A ampliação da noção de patrimônio histórico e arquitetônico para a de patrimônio cultural (que inclui além dos bens materiais aqueles denominados intangíveis) é, nesse sentido, um grande avanço do ponto de vista político, pois valoriza a diversidade social e cultural do país, passando a representar uma parcela consideravelmente maior da sociedade brasileira.

A cultura imaterial, representada nos fazeres e saberes cotidianos dos diferentes grupos sociais, passa a ser valorizada a partir daí, portanto, como patrimônio intangível. Trata-se daquela parte da cultura de um povo que depende, para a sua manifestação, da participação física e ativa dos seus agentes realizadores. A arte dos repentistas nordestinos, as pinturas corporais de diversas tribos indígenas, o samba de roda do Recôncavo Baiano ou o ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES) são exemplos que podem ilustrar bem essa definição. Trata-se de realizações e manifestações culturais cuja importância simbólica não está relacionada especificamente a determinado objeto individual, mas a certos ofícios, saberes, ritos e ações, cuja tradição é permanentemente atualizada pela prática ou pela *performance* inscrita no presente da sua realização.

Da mesma forma, os pescadores da Baía Sul, na Ilha de Santa Catarina, são portadores de uma cultura própria, desenvolvida e permanentemente atualizada há pelo menos dois séculos e meio. Suas embarcações, instrumentos e técnicas de pesca, conhecimentos acerca das condições e mudanças atmosféricas, navegabilidade, localização e orientação no mar, hábitos da fauna marinha etc. constituem um complexo sistema, muito bem articulado e orientado para a atividade da pesca na baía. Trata-se de um modo de pescar que vem sendo realizado por longo tempo e tem proporcionado as condições de vida e subsistência de dezenas, centenas, milhares de famílias, sem nenhum apoio ou incentivo governamental e com uma relação absolutamente sustentável com o meio ambiente e o ecossistema local. Configura-se, portanto, em uma prática que extrapola os limites de uma mera atividade profissional, vindo a constituir a base de um modo de vida, de uma maneira de ser e viver, de uma *cultura*.

MODOS DE PESCAR

As informações apresentadas a seguir têm como base, além de pesquisa bibliográfica, entrevistas realizadas em 2013 com três pescadores artesanais da Baía Sul da Ilha de Santa Catarina: Sr. Russo (nascido em 1953, morador da Tapera), Sr. Valício (nascido em 1926, morador da Caieira da Barra do Sul) e Sr. Quico (nascido em 1939, morador do Barro Vermelho)⁵. Destes, apenas o Sr. Russo continua pescando com regularidade. O Sr. Quico pesca apenas eventualmente para o próprio consumo, e o Sr. Valício, já octogenário quando cedeu a entrevista, não pesca mais em função de problemas de saúde.

De acordo com os entrevistados, as técnicas de pesca praticadas na Baía Sul são bastante variadas, assim como podem variar também os equipamentos empregados. Alguns tipos de pesca são realizados na praia, com ou sem o emprego de embarcações, e fazendo uso de instrumentos como a tarrafa, o espinhel, o jereré e as redes de arrasto. Neste artigo, a abordagem será limitada às técnicas de pesca realizadas com redes longe da costa, com o uso de pequenas embarcações. Tal recorte tem como fundamento o fato de serem essas as principais técnicas empregadas pelos pescadores locais, que praticam ou praticaram a pesca artesanal como profissão.

Segundo esses nossos informantes, portanto, são quatro as principais técnicas de pesca com rede aplicadas por eles: caceio, volta, batuque e fundeio. A mais utilizada é o caceio, praticada durante o ano inteiro, mas nem sempre com a mesma finalidade. Entre os meses de agosto e dezembro, é mais frequente o uso do caceio para a pesca do chamado camarão-branco (*Litopenaeus schmitti*). Nos outros meses do ano o caceio é empregado na pesca das diversas espécies de peixes que povoam a baía. Nas palavras do Sr. Quico, pescador da localidade de Barro Vermelho, bastante lacônico, no caceio o pescador “*bota ela [a rede] ao comprido [esticada], com noite de lua, botava ela no comprido e ela ia com as águas*” (Q, 1h10’11). O Sr. Russo, pescador da praia da Tapera, esclarece um pouco melhor o funcionamento da pesca de caceio:

De caceio tu larga a rede, a maré tá vazando, tu larga a rede em popa do vento e deixa a maré carregar com a rede. Aí a maré vai te levar a rede aí 200, 300 metros, 500 metros... Aí tá no teu limite, né, tu quer [deixar a rede] correr mais tempo deixa... Às vezes corre 50 metros, a gente já puxa... Então assim ó, [...] tem muito vento e tem bastante maré, tu deixa correr mais, entende? Aí repassa a rede e joga de novo, é assim... (R1, 45’).

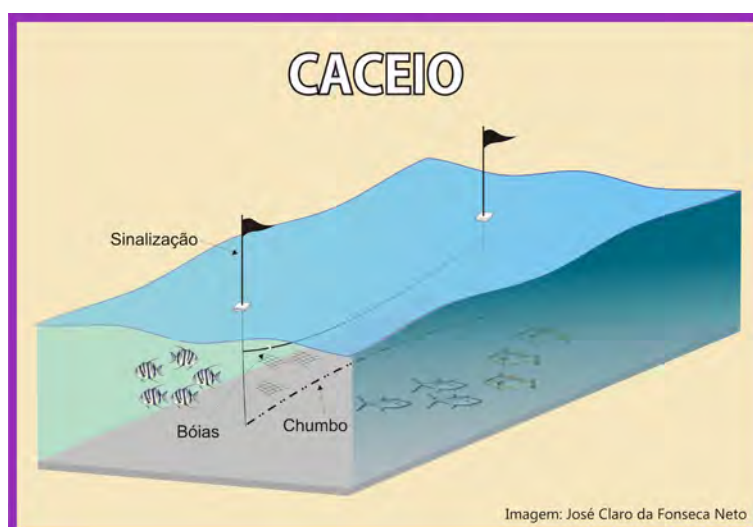
De acordo com o mesmo pescador, a variedade de peixes que se consegue pescar com tal técnica é muito ampla. Praticamente todos os peixes que habitam a baía podem ser capturados dessa maneira, variando apenas de acordo com o tamanho da malha da rede:

⁵ As entrevistas foram concedidas ao Projeto Pibid/História/UFSC, nas seguintes datas e locais: Sr. Russo, dia 29 de junho de 2013 no bairro Tapera; Sr. Quico, dia 13 de julho de 2013 no bairro Ribeirão da Ilha; Sr. Valício, dia 3 de agosto de 2013, no bairro Caieira da Barra do Sul. Foram mantidos os nomes ou apelidos pelos quais os pescadores são conhecidos. Todos os entrevistados assinaram termo de consentimento para realização e divulgação da entrevista. Os textos foram transcritos com as características da linguagem oral. Nas citações apresentadas, serão utilizadas as seguintes siglas, referentes aos áudios das entrevistas: Q – Quico; R1 – Russo, áudio 1; R3 – Russo, áudio 3; R4 – Russo, áudio 4; V – Valício. O número que aparece após a sigla refere-se ao tempo da gravação em que se localiza a citação feita. As entrevistas fizeram parte das atividades realizadas por um projeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desenvolvido na Escola Básica Municipal Batista Pereira, localizada no distrito de Ribeirão da Ilha (Florianópolis/SC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Enquanto professor de História da escola, participei do projeto na condição de professor supervisor, tendo a Profa. Dra. Mônica Martins da Silva, da UFSC, como coordenadora.

Não, aí tu mata tudo [...]. Dependendo a rede, né, a malha da rede, aí tu mata a corvina, mata o bagre, mata a miraguaia, matas o... A enchova, a savelha, é... É o peixe que dá nas baía, né, que é a cocoroca... Esse peixe. Já não mata é... cação já não pega, né, que é peixe do mar de fora. [...] Então na nossa baía nós temos a corvina, o bagre, algum linguado também vem na rede, o paru, tudo é peixe que dá na nossa baía aí (R1, 44').

Mas, além dos peixes, a técnica do caceio também se aplica à pesca do camarão, muito importante na baía e realizada em geral entre os meses de agosto e dezembro (camarão-branco). É ainda o Sr. Russo quem nos fala a respeito: “E tem a rede de caceio de camarão também. [...] O camarão [branco], nós pegamos só de caceio. [...] Também tem que ter maré pra matar ele. Maré parada não mata. Maré de quarto de lua já não pega camarão. Só tem que ter maré de lua” (R1, 45').

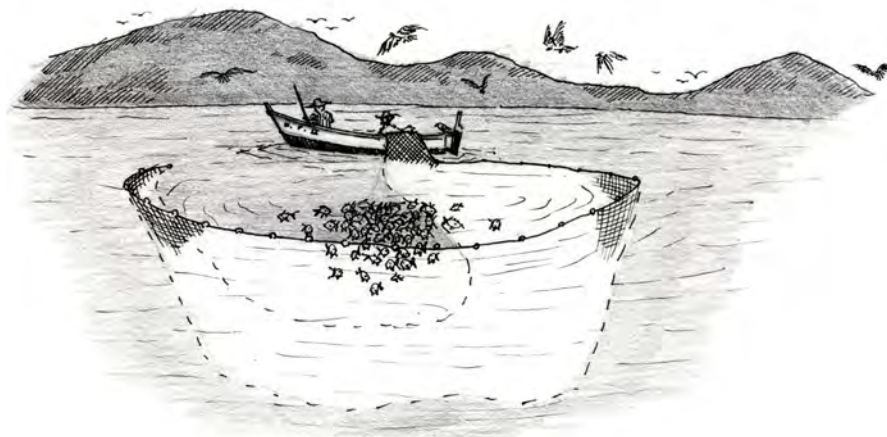
Figura 2 – Rede de caceio



Fonte: Imagem de José Claro da Fonseca Neto. Disponível em: <<http://litoralnotacem.com.br/pesca.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2016

Note-se que a pesca artesanal, particularmente a pesca de caceio, é uma atividade cuja prática depende de condições impostas pela natureza. Os pescadores aproveitam o movimento das marés para que a rede se desloque no mar e assim possa capturar os peixes ou crustáceos que se encontrarem no caminho. Isso requer a habilidade de entender o fenômeno das marés em sua relação com as fases da lua, sem a qual a pesca se torna impraticável.

Figura 3 – Pesca de cerco



Fonte: Imagem de Paulo Sérgio da Silveira Júnior (cedida ao autor)

Ainda voltaremos a abordar os saberes dos pescadores sobre as marés e a lua. Agora, apenas por uma questão metodológica, seguiremos tratando das técnicas de pesca. Diferentemente do caceio, em que a rede é estendida ao longo da baía para que se desloque com o movimento da maré, a técnica do cerco, ou volta, consiste em soltar a rede no mar de modo que ela faça um círculo, cercando os peixes ou cardumes que estiverem no meio. Sr. Quico, na linguagem lacônica que já conhecemos, explica assim: “Joga a rede. [...]. Aí vai fazendo o cerco. Ela [anchova] fica no meio da rede” (Q, 1h10’2). O Sr. Russo fornece mais detalhes:

De volta é... Como é que é? Volta, eu boto a boia, faço o lanço... Eu tenho um cabo de oitenta, cem braças, e vou fechando a rede até a rede chegar em mim. Quando ela chega em mim eu começo a colher, mas ela tá amarrada na embarcação. Ela se torna assim um lanço como se fosse tranheira [traíneira]. Não é tranheira porque não é anilhada. Mas é quase igual. Vai puxando com ele forçando. Se tu soltar a boia a rede fica leve, mas se tu não soltar, é pesado – pra puxar. Mas se tu não [...] trabalhar com ela trancada, tu mata menos peixe. Por quê? Porque a rede vai, vai se mexendo, ela vai mexendo. Tá a rede cá, joga o peixe pro lado de cá. A rede tá aqui, bota o peixe pro lado de cá. Por quê? Que ela anda dentro d’água, ela mexe. Pra pegar o peixe, pra matar o peixe, a rede tem que mexer. A rede parada, só que o peixe vaia pra rede, e não é toda hora que o peixe sai e vai na rede. [...] Então é esse tipo de rede de volta, a gente consegue matar mais peixe. Já é diferente da rede fundeada. Vai matar o peixe, só que é o peixe que vai na rede. Esse tipo de rede que eu pesco não. Eu vou matar o peixe – por quê? – porque eu vou fazer isso aqui ó: vou raspando ele, aonde ele tá, ele vai na rede (R1, 38’35).

Também nesse tipo de pesca a colocação da rede precisa ser precedida de uma análise das condições de maré. O fenômeno das marés implica um movimento quase permanente das águas do mar, ora para um lado, ora para outro, de modo que os pescadores precisam ter essa orientação antes de colocar a rede na água. Caso contrário, ela pode ser levada pela maré em direção a alguma pedra ou mesmo contra a própria embarcação. Se por um lado, na pesca de caceio, o movimento da maré é utilizado pelo pescador em favor da sua pescaria, no caso da pesca de cerco ou volta a maré se torna um obstáculo que precisa ser contornado a fim de evitar possíveis prejuízos. Vale recorrer novamente à experiência do Sr. Russo para entender melhor a situação:

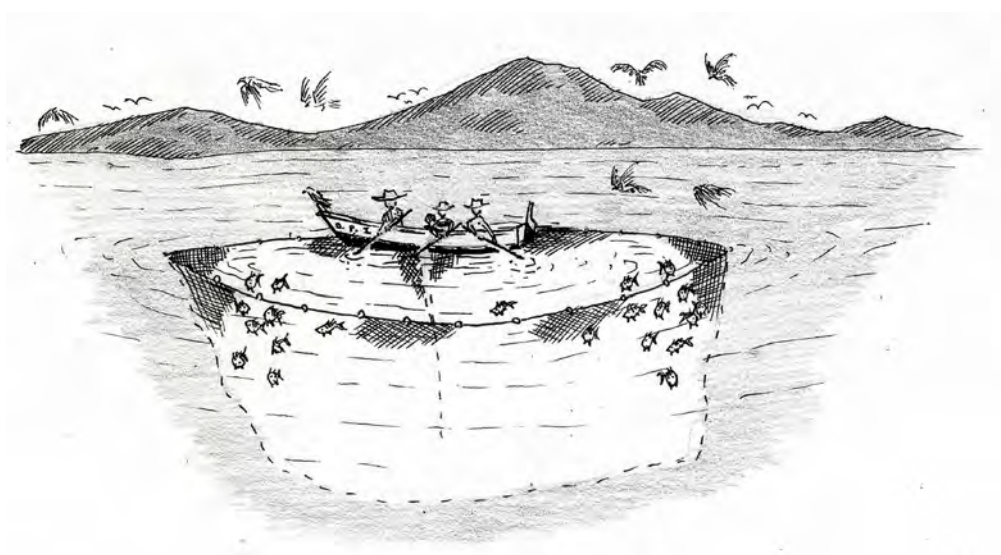
Ó, agora a maré tá vazando, eu tenho que cercar nessa posição. A maré tá enchendo, eu tenho que cercar na outra posição. Maré tá parada. Ah, tá parada, não vai vaziar e não vai encher, vamos cercar na outra posição. Então, tem várias posição de cercar, né, dentro d'água [...]. A boia, botar, jogar a boia. Vamos cercar à enchente. Então cerca pra dentro da ilha. Vamos cercar à vazante, cerca por fora da ilha. A ilha que eu quero dizer é a nossa ilha, né, onde nós tamos [Ilha de Santa Catarina]. Então a vazante é sempre à direita, a esquerda, a vazante sempre à esquerda. Muda de posição. E quando vem o vento, dependendo a pesca, que a pescaria não tem um lado só, não tem um jeito só, tem vários jeitos, né, como tem de caceio, né, que a pesca mais tradicional é o caceio [...] (R1, 38').

A pesca de batuque é uma variação da pesca de cerco em que a embarcação fica por dentro do círculo formado pela rede no mar, e, assim que esse círculo é fechado, passa-se a bater na água com uma haste (verga). A intenção do batuque é espantar os peixes que estiverem dentro do círculo em direção à rede, onde acabarão emalhadados. Acompanhemos a descrição do Sr. Russo:

Batuque tu faz o lance e aí, redondo, entra dentro da rede, né, com a embarcação dentro da rede, e usa a verga pra bater dentro da água, fazer barulho, né. E aquele batuque pau e pau, pau e pau, pra que o peixe que tá ali dentro da rede vá na rede. Geralmente até vai, mas muito peixe não vai. Quando ele quer malhar ele vai, quando ele não quer, ele não vai. Tem dia que tu mata peixe no batuque, tem dia que não mata, por quê? Porque tem dia que a água tá gelada e não desenterra, ele fica enterrado lá. Pode passar a âncora por cima dele, que ele não sai de lá, ele fica. Aí o dia que ele não quer, que ele tá boiado, ele vai na rede, qualquer barulhinho ele vai na rede (R3, 7'53).

É ainda o Sr. Russo quem nos informa que essa prática da pesca com batuque é um fenômeno recente e relacionado com a diminuição do pescado verificada nas últimas décadas: “A pesca hoje é diferente de antigamente. [...] Porque hoje existe muita pesca de batuque, é... Bate muito no mar, isso escorraça muito com o peixe. E antigamente não se batia no mar” (R3, 7'40).

Figura 4 – Pesca de batuque



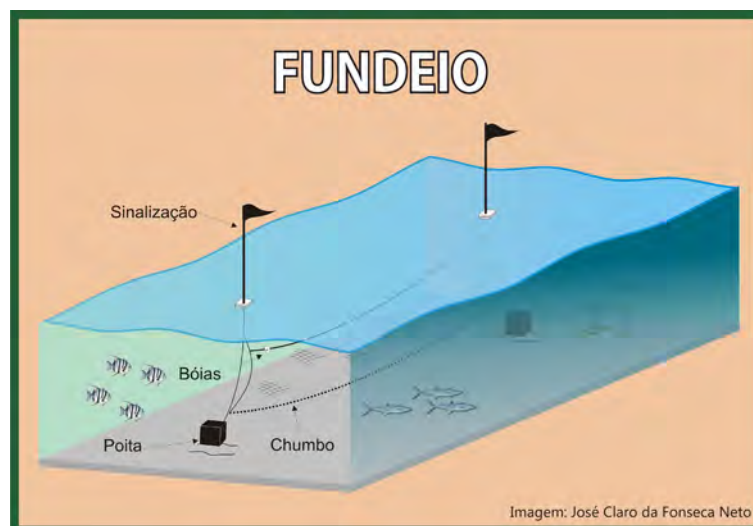
Fonte: Imagem de Paulo Sérgio da Silveira Júnior (cedida ao autor)

A técnica de fundear a rede, mencionada anteriormente, é considerada pelos profissionais uma das mais simples, não requerendo grandes conhecimentos por parte do pescador. A rede é esticada em determinada faixa de mar, onde fica por um certo tempo para emalhar o peixe que passar por ali durante o período. É novamente o Sr. Russo quem explica com detalhes:

A rede fundeada é muito simples, não é? Pegas uma... Uma âncora, uma boia, larga aqui, estica aí a quantidade de rede que tu tiver e quando chegar na outra ponta tu põe a outra boia, outra âncora, e deixa ela ali armada. Geralmente, se põe à boca da noite para colher no outro dia, né? No outro dia de manhã. E é isso. Então, não tem... É uma pescaria que não tem mistério. Isso aí não precisa ser um profissional até para fazer, qualquer pescador faz isso aí. É uma pescaria que o amador faz também, né, que não a... É simples (R4, 00'24)

Esse tipo de pescaria é considerado pelo Sr. Russo como muito vulnerável, pela possibilidade de perder a rede em função de furtos. Como a rede fica estendida no mar durante a noite, longe dos olhos do pescador, permanece durante esse tempo sujeita a tal situação que, para um pescador artesanal, é duplamente danosa, pois além do prejuízo do valor comercial da rede ele fica desprovido de um dos seus principais meios de produção.

Figura 5 – Rede de fundeio



Fonte: Imagem de José Claro da Fonseca Neto. Disponível em: <<http://litoralnotacem.com.br/pesca.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2016

ROTINA DOS PESCADORES

A rotina dos pescadores até cerca de vinte anos atrás, de acordo com os entrevistados, era de trabalho intenso e fundamentalmente noturno. Saíam para pescar pelo fim da tarde e permaneciam a noite inteira no mar, voltando apenas pela manhã: “Não tinha hora, deu, vão embora. Também não tinha horário pra voltar. Saía essa hora [entre quatro e cinco horas da tarde] e só voltava amanhã de manhã” (Q, 21'30).

Eu saía pro mar cinco horas da tarde, aí eu voltava no outro dia de manhã, oito hora, nove hora, dez hora da manhã. Entende? Aí era a semana toda assim. Girando

nesse horário: das cinco da tarde tu ia pro mar e voltava no outro dia às dez horas da manhã. Aí tu pescava a noite toda e mais um pedaço do dia. Isso aí era... a rotina era assim (R1, 32'30).

O trabalho no mar consiste em dar o lanço, quer dizer, jogar a rede e puxá-la de volta para dentro da embarcação. Ao puxá-la, geralmente os peixes já vão sendo desmalhados (retirados das malhas da rede) e depositados em uma área específica da embarcação. Segundo o Sr. Valício, o desmalhe só não era feito no mar, ao se puxar a rede, nos casos em que houvesse grande quantidade de peixes e sob condições adversas de tempo: “O peixe, tem ocasião que a gente desmalha lá e quando é assim, mais peixe demais e tem muito vento fora, então a gente vem pra terra desmalhar em terra” (V, 97'56). De qualquer maneira, o trabalho à noite continuava até clarear o dia, a menos que houvesse mudanças drásticas nas condições do tempo: “[...] A não ser que desse um contratempo durante a noite, mas só voltava no outro dia. Mesmo que tivesse ruim de peixe, aquela coisa toda, mas era a noite toda” (Q, 36'). No entanto, de acordo com o Sr. Russo, muitas vezes se continuava a pescaria mesmo em condições adversas: “Tinha muitas vezes que a gente enfrentava o tempo, que havia necessidade de enfrentar o tempo, né? Ou se tu não enfrentasse o tempo não matavas o peixe. Então tu trabalhava debaixo de tempo ruim” (R1, 33'30).

LUA E MARÉ

Fundamental para o pescador artesanal, também, é o conhecimento da tábua das marés. Trata-se de um conhecimento importante porque interfere no tipo de pescaria e no ponto do mar onde a rede pode ser colocada. Existem tipos de pescaria, como a pesca de caceio, que é realizada em função da força da maré. Nesse caso, a maré conduz a rede para um lado ou outro, e o pescador precisa estar ciente de como será esse movimento, como também dos obstáculos ocultos que existem no mar, os chamados “pegadores”. Um “pegador” nada mais é do que algo que possa trancar a rede no fundo do mar (geralmente uma pedra). Se o pescador não tiver noção de onde estão esses pegadores e para que lado a maré está movendo as águas, fatalmente a rede vai trancar, causando-lhe prejuízo tanto em dinheiro quanto em mão de obra. O Sr. Russo explica:

É importante porque, né, porque às vezes tu tá num lugar trabalhando, tu quer cercar perto de uma pedra. Dependendo da maré, tu não pode cercar. Tu tem que dar uma distância boa, sair retirado desse lajeado, né? Então, tu tem que conhecer. Agora, aquele que não conhece vai lá e cerca perto e a rede vai pra cima da pedra (R1, 30').

O Sr. Valício confirma o que foi dito, sem deixar de mencionar que se trata de um conhecimento que caracteriza e distingue o pescador profissional do amador. Um pescador, para ser aceito entre seus pares como profissional, precisa ter esses conhecimentos.

O rapaz aí da Trindade diz que é pescador é... Da Trindade, diz que é pescador... Pescador... É... “Quando é que a maré vaza?” Não sabe quando é que a maré vaza! Eu digo: “Ô meu querido, a lua vai sair agora no mar... A maré... Se a lua tá saindo no mar, quando ela... Se ela virar é de vazante”. “Ah é?” Às vezes a lua vem aqui... Que... “Vocês não sabe que maré é?” Eu digo: “Ah, é vazante, meu filho! A lua vem aqui e meia aqui... Quando a lua tiver aqui pertinho aqui de empinar ela vai, é maré de enchente. Quando a lua tiver entrando lá a maré vai virar de enchente, quando a lua descamba aqui, a maré vira de vazante!” É, pra ser pescador tem que conhecer a maré, tem que conhecer aonde é que vai, às vezes ele bota perto dum pe... Dum

pegador... A maré larga não conhece... Não conhece... Não conhece... Não conhece a maré, larga em cima do pegador... Perde a rede toda, rasga a rede toda! (V, 61').

Evidentemente os conhecimentos dos pescadores não se limitam ao seu trabalho no mar. A cultura desenvolvida pelas comunidades de pescadores tradicionais é muito ampla e complexa e está conectada a diferentes aspectos da sua vida. Era muito comum que os antigos pescadores tivessem no quintal alguns canteiros onde cultivavam certos vegetais para a alimentação doméstica. Ali costumavam aplicar também os conhecimentos sobre a influência da lua. Se, por um lado, no mar tal influência é verificada no movimento das marés, por outro, na horta, a influência da lua é empregada no sentido de obter uma maior eficiência no desenvolvimento das hortaliças. O Sr. Valício explica como se dá essa relação. E conclui com um elogio do modo tradicional de aprendizagem, com a vida, com o mundo...

Ninguém sabe... Aaa... A lua, ela infloei [influi], ela infloei com o mar, infloei com a terra... Por exemplo, se tu quisés [quiseres] plantar um pé de uva, vai plantar um pé de uva... Se tu ques plantar um pé de banana, "Ah, quero plantar um pé de banana? Quero! Mas qual é a lua que eu vou plantar?", tu tens que plantar na lua... Tu tens que plantar uma banana no minguate, que é pra bananeira pegar pra banda do crescente. "Ah, quero plantar uma toíça de cebola todo ano". A cebola de todo ano é plantada no minguate. Ela tá na terra... Quando ela querer brotar ela tá no crescente, as toíças de cebolas dá tudo bonita, todas assim... Aí tu planta no crescente, ela vai pro minguate, fininha, as cebolas tudo fininha. Então a gente tem que... Não é só... Vamos dizer... Eu não aprendi em universidade, não aprendi em nada, eu aprendi no mundo, andando no mundo e aprendendo no mundo! (V, 64'55).

VENTO E TEMPESTADE

A vida daqueles que trabalham no mar é marcada por perigo, insegurança, incerteza, pois, como diz Paulinho da Viola (1996) em sua canção Timoneiro, "Olha, o mar não tem cabelos / Que a gente possa agarrar". Aquele que deixa a terra firme, embarcado em uma pequena canoa ou baleeira, rumo ao alto-mar, sabe que está entrando em um ambiente que pode lhe dar o alimento e o sustento, mas que também em instantes pode lhe ceifar a vida. A memória coletiva de tragédias no mar é muito vasta e está registrada amplamente na literatura, no cancionário popular e na memória das pessoas que vivem em comunidades pesqueiras. Não há morador dessas comunidades que não conheça histórias de aventura, perigo e morte no mar. Os pescadores entrevistados não são exceção nesse sentido. Cada um deles vivenciou episódios que marcaram profundamente suas memórias, de perigos que passaram, de medos e pavores por vezes muito próximos do desespero.

É que o mar... é um colchão muito macio. Às vezes, gente que vem de fora assim, né, pergunta, tem medo do mar, eu disse: minha querida, o mar é um colchão muito macio. Ele é um colchão que, que não espeta ninguém... Mas o mar, ele é muito perigoso. [...] E tu sabes, aqui nós já temos uma coisa que isso aqui é uma lagoa, é um mar manso. Que já se trata "mar manso". Ainda mesmo assim tem morrido gente... O mar é vivo! (V, 99'4).

Não adianta eu ir pro mar se eu não conheço o tempo, ou se eu quero me meter a fogueteiro, a enfrentar o que eu, quando ele tá agitado, quando ele tá violento, quando ele tá ruim, né? [...] Então, o pescador, ele tem que conhecer o mar, ele tem que respeitar (R, 25'33).

A experiência de vida de inúmeros trabalhadores é conservada e transmitida pela tradição oral, contribuindo para a formação do *corpus* de saberes que um pescador artesanal precisa ter para o exercício da sua profissão. Sem dúvida, entre esses saberes estão aqueles ligados à segurança, a sua e a de seus companheiros dentro da frágil embarcação. Importante considerar que a pesca realizada na Baía Sul é feita apenas em pequenas embarcações, que chegam a ter, no máximo, nove metros de comprimento (baleeiras), sem convés e sem nenhum tipo de equipamento eletrônico. Quando os pescadores estão em alto-mar, a vida deles depende inteiramente desses pequenos flutuantes de madeira. É nesse sentido que os conhecimentos acumulados pelos pescadores mais velhos se tornam ensinamentos que os mais novos devem apreender e guardar para mais tarde consolidá-los com as suas próprias experiências. O Sr. Quico, hoje aposentado, lembra de como, aos 20 anos de idade, recebeu suas primeiras orientações sobre os cuidados com o mar:

Que eu trabalhei lá no Rio Grande com uma pessoa de Itapirubá, que era meu patrão, e ele falou assim pra mim, não pra mim, pros cinco companheiro que tavam na frente dele. Era mar grosso. Ele disse: “Óia, quando vocês, um de vocês, tiver aqui onde eu tou, conheça o mar, mas não seja aventureiro! Por que que não seja aventureiro? Porque o aventureiro acaba deitado lá na praia. Porque o mar tá ruim, ele vai querer enfrentar. Não, então, conhece ele, conheça ele primeiro, pra depois... E não seja aventureiro!”. Então, eu aprendi com ele (Q, 1h33'18).

É o mesmo tom de advertência usado pelo Sr. Valício:

E o mar é um colchão muito macio quando a gente cai por vontade, mas quando a gente cai de uma canoa, de uma embarcação, ou que a gente tá agoniado, cai num buraco, numa força d'água, que a gente fica nervoso, agoniado, o mar é um colchão es..., é um colchão espinhoso. Ele tem muito espinho, porque na hora da aflição, ele começa, o mar, o corpo da gente começa a espinhar e começa a... a... a... a... vem aquela depressão, e vem aquele medo, vem o nervosismo [...] e é muito fácil do cara se apagar (V, 99'4).

Mas, de modo geral, os perigos que os pescadores enfrentam não são causados pelo mar propriamente, mas pelas condições atmosféricas, sobretudo as ventanias. Os pescadores da Baía Sul ressaltam as dificuldades enfrentadas por conta das mudanças repentinas das condições de tempo e das ocorrências de um vento típico da região: o vento sul. Nessas ocasiões, os pescadores precisam lançar mão de sua experiência e dos conhecimentos acumulados durante os anos de trabalho para, se for possível, evitar que sejam surpreendidos no mar pelo mau tempo.

Ó, se for, por exemplo, eu tô lá no canal, lá se forma um tempo, trovoadas. “Ó, ó, tá relampeando! Ó, tá roncando trovoadas!” Mas tem um jeito aqui que é assim, eu sempre prevenia isso, quando relampeava assim, riscado assim, eu dizia pros meus amigos: “Ó, puxa o ferro, vira o motor e vamo embora”. “O quê?” “Vira o motor e vamo embora. Nós não vamos viajar cinquenta braça, o tempo vai tá com nós”. Não tinha outra! Pesca de camarão, no verão, sempre dava isso. Não tinha outra! As vez... “Ah, não vai dar nada!” “Não vai dar nada, não! Puxa o ferro e vira o motor! Nós não vamo viajar cinquenta braça, o tempo vai tá com nós!” Não tinha outra! Olhava pra trás e dizia “Ó, vem tudo aí atrás, ó!” Então, eu dizia assim pra eles: “Vocês nunca se... Nunca tra... Ir atrás daquele negócio que não dá nada”. Ameaçou, porque o tempo avisa, pra escapar dele, pega no mar quem quer. O tempo avisa (Q, 1h36'5).

A experiência proporciona ao homem do mar um conhecimento que lhe permite reconhecer os “avisos” que o tempo fornece. “Quando relampeava assim, riscado”, era sinal para o Sr. Quico de que a ventania chegaria logo. Para a sua segurança e a de seus companheiros, era hora de deixar o mar. O Sr. Russo também fala desses sinais, quando lembra as conversas de seu falecido pai, a falar da lestada, outro vento bastante conhecido e temido pelos pescadores, em toda a Ilha de Santa Catarina:

De primeiro dava lestada aí de, no mês de agosto, de matar cavalo velho aí... Catorze, quinze dia de lestada e chuva miúda. O mar ficava de risco... o meu falecido pai dizia: “Ih, quando o mar é de risco, é quinze dia!” E era mesmo! Então, aquela calmaria, né, tava leste, calmava, depois o mar ficava todo riscado! Aí entrava o leste de novo e chuva miúda, daqui do mar (R1, 52’40).

E depois explica o que era esse “mar de risco”, que aparentemente não é o mesmo riscado a que se referia o Sr. Quico. De acordo com o Sr. Russo,

[...] riscado era assim... Não, quando o mar tá bem calmo e tem aquela chuvinha miudinha, e o mar as vez fica com assim um risco de vento e um risco de calmaria, entende, aí ele dizia: Ó, o mar riscado. Ele sabia dessa... Que era de catorze, quinze dia que ficava na... o leste. Mas antigamente, que hoje não dá mais (R, 53’30).

Continuamos acompanhando o pensamento do Sr. Russo, que nos fala um pouco mais sobre a lestada. Embora esse seja, talvez, o vento mais temido pelos pescadores da Ilha de Santa Catarina, não afeta muito aqueles que trabalham nas baías, cuja costa é protegida desse vento que sopra do oceano. Ainda assim, a lestada é conhecida e temida também por esses pescadores, que muitas vezes se aventuram para fora da baía, em direção às Ilhas Três Irmãs, à Ilha do Campeche, à praia do Pântano do Sul ou mesmo às Ilhas Moleques do Sul, situadas cerca de oito quilômetros da costa.

A lestada, ela é um vento cruel, né? É um vento cruel porque é um vento do mar. E quando o vento é lestada aqui pra nossa baía as águas não tocam direito. Elas, elas não correm nem pra baixo nem pra cima. Mas o pescador artesanal do mar grosso, do mar de fora, ele não enfrenta a lestada, que ele alevanta muito o mar. O mar fica muito violento. Ele não enfrenta. Até tem pescador que enfrenta o vento sul, dependendo, né, dependendo do vento ele enfrenta o vento sul, mas a lestada ele corre. Ele não tem como enfrentar a lestada no mar grosso. Mas nós aqui dentro não, nós aqui dentro enfrentamos a lestada, o leste, porque é mais embate, também, do... A Ilha faz embate pro leste, né? Mas não é um vento bom não, o vento, é... Dos ventos, é o pior que existe pra pesca. É o leste (R, 51’20).

O amplo conhecimento dos pescadores sobre os ventos é para eles uma necessidade que implica saber o que fazer para se proteger em determinadas circunstâncias e para onde se dirigir, caso sejam surpreendidos no mar por um vento que venha de um lado ou de outro. Conhecer os ventos, suas características, sua “personalidade”, a época em que são mais comuns permite aos pescadores tomar a decisão certa e rápida quando a ocasião assim o exigir. O Sr. Russo nos fala, além do leste e do sul, do vento terral, do nordeste e do “naroeste” [noroeste], cada um deles envolvido em uma série de características específicas.

Pra nós aqui é o vento sul. O restante do vento aí, o naroste dá pouco, uma vez no mês, no ano que dá esse naroste, né? É raro dar naroste. Ó, esse ano que é o mês dele, esse mês agora, mês de agosto, a... de julho, não deu. Vai dar um naroste lá

pra agosto. Agosto é que vai dar um, um vento noroeste. Mas também é um dia, dois dias, só. Depois não dá mais (R1, 51'55).

[...] porque o vento sul é um vento muito malino, né? Ele... Ele na mesma hora que tá fraco ele pode te... ficar forte. Ele é um vento de rajada, né, ele é um vento diferente do nordeste. O nordeste é um vento geral. E o vento sul não, o vento sul é de... de... né, de rajada, né? Então ele é um vento perigoso por causa disso. Então é onde o pescador, né, o pescador tem medo dele (R1, 51'24).

Ó, nós tínhamos um vento que, na década de 70, nós tínhamos um vento chamado de terral, que... Esse vento só existe o nome pra pescador. Pescador antigo, que pescador novo nem sabe que vento é esse. O terral é um vento da terra. É quase como um noroeste, mas ele nessa época ele era gelado. Mas gelado! Que aquilo ali, quando ele vinha, ele trazia até uma catanga do lado de lá! Ele trazia aquela catanga do mangue, né? Vinha aquele aroma... Quem não tinha roupa no mar não ficava. Corria. De tão frio que o danado era (R, 49').

Característica das baías da Ilha de Santa Catarina é a presença de dois lados de costa, com o mar no centro – de um lado a costa insular, e do outro, a costa continental. O pescador da Baía Sul, portanto, tem a seu favor essa característica geográfica que, para ser bem aproveitada, precisa ser também muito bem conhecida. Os pescadores tradicionais da região não apenas têm um bom conhecimento de todo o recorte das duas costas, com suas praias, costões, ilhotas e enseadas, como sabem utilizar com eficiência esse conhecimento em associação com os saberes a respeito dos ventos. Para cada situação de vento, dependendo do lugar onde estiverem, eles sabem para onde devem se dirigir a fim de alcançar abrigo ou mesmo poder pescar em condições seguras.

Com o tempo a gente vai aprendendo, né? Assim, tô... O vento sul hoje eu tô aqui na Tapera, o vento sul bateu. Pá, mas o vento sul... Tem região que ele é menos vento e tem região que ele dá pra trabalhar com ele. Então tem que conhecer isso aí. Ó, o vento sul, o quê? Eu vou pra Enseada do Brito! [...] Dependendo da região aqui da Enseada do Brito, o vento lá quase não bate, por causa de quê? Por causa dos morros. Ele passa mais por cima e vem atingir mais a nossa região aqui. Tem o lesseoste [lés-sudeste?], que é um vento do mar. Eu tenho que pescar lá no Saco da Costeira, porque lá o vento pega menos. Dá menos vento. Então, a gente tinha que conhecer isso aí, tinha que... Tem, né? Que o pescador profissional, ele, ele tem, tem esse conhecimento. Então, por isso que a gente enfrentava (R1, 33'45).

Mas acontece de tu pegar o tempo com rede na água. Isso aí é... né, às vezes não dá tempo. Principalmente uma trovoada, né, que é meia rápida. E... Eu já cansei de pegar vento aí a 80 km/h dentro d'água, né? E tu tem que enfrentar, né? Ou quando tá com rede n'água, dentro da embarcação, pra não deixar a rede no mar, tu consegue correr o mais perto possível da praia, né? Se... né, dependendo do vento, quando é vento sul muito forte, eu tô lá na Enseada de Brito, ele pode, ih, ele pode bater lá a 80 por hora que eu venho embora tranquilo, né? Mas se bater o noroeste eu não tenho que vir pra cá, eu tenho que vir pro norte, eu tenho que ir pro embate do sul, aonde tem o embate do vento. Se eu tô lá em... Aqui. Eu quero pescar e bateu o vento sul, eu tenho que correr pro embate, aí ou eu enfrento o vento... Se der pra enfrentar, se não der tu tem que vir embora (R1, 49'30).

O conhecimento desenvolvido e acumulado sobre as possibilidades de mudanças climáticas, sobre as características e possibilidades oferecidas pela geografia e sobre os

tipos de vento, todo esse conhecimento proporciona aos pescadores alguma condição de lidar com as incertezas e os perigos do seu trabalho. Mas saber lidar com o perigo não é o mesmo que eliminá-lo. As condições adversas de tempo são consideradas por todos os pescadores entrevistados a grande ameaça que os aflige. Por isso, aconselham em geral a prudência, o cuidado, a humildade ante os fenômenos da natureza. Acontece que, diante da necessidade de ter de buscar no mar a sua alimentação e a subsistência da família, nem sempre o pescador tem a possibilidade de escolha.

No mar, todo vento é perigoso. O mar, a gente... O mar foi feito pra andar nele com calma, não com vento, né? Mas o pescador tem que enfrentar o vento, ele tem que ir à luta, né? Ele não pode esperar só por calma, porque se ele for esperar pela calma ele morre de fome! [...] Sai com o vento porque a necessidade é maior. Tu, tu tinha que sair debaixo de vento mesmo. Enfrentar o vento e enfrentar o frio (R1, 47'30).

Trata-se de um risco imposto pelas condições de vida precárias em que vivem os pescadores artesanais em geral – um risco que vem revestido também do caráter de desafio e aventura, que proporciona aos pescadores mais ousados certo prestígio em um quadro ético que valoriza a coragem, a força, a valentia.

Que é... 90% a gente enfrenta o vento sul, né, a gente enfrenta ele e vai pro embate. Eu, pelo menos, enfrento, né? Mas não é todo pescador que enfrenta o vento sul não. Tem pescador aí que antes de ele... de ventar ele já tá com medo. [Risos] Já fica com medo dele. Tem um medo do vento sul que... Tem vários pescador aí que falam: “Uhh, vai dar vento sul!” “Não, deixa dar!” – eu digo. Ah, tem gente que respeita, né? (R1, 49'30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal, que foi praticada por mais de dois séculos na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina e tendo sido fonte de subsistência e renda para milhares de famílias, agoniza hoje sem que lhe seja concedida atenção e ainda menos amparo. Neste ano de 2016, existem, ou melhor, resistem, em todo o distrito do Ribeirão da Ilha, cerca de dez pescadores artesanais que atuam profissionalmente no setor⁶, todos com mais de 50 anos. Isso significa que estamos prestes a perder definitivamente, junto com uma alternativa econômica sustentável e vinculada a um modo de vida peculiar, um conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades que se formaram ao longo de séculos. A questão a ser posta nesse momento é: o desaparecimento dessa cultura, que se formou em torno da pesca artesanal na Baía Sul, é um fato consumado e inevitável? Constitui um processo histórico irreversível? A preservação de tal atividade e da cultura a ela relacionada seria uma ação reacionária em relação ao curso natural da história?

Tenderia a responder afirmativamente, caso compartilhasse de uma visão neoliberal de história, que despreza o passado e a própria história em nome de um desenvolvimento ilimitado e inconsequente das forças produtivas. Ou negativamente, caso quisesse sustentar uma visão de história próxima de um romantismo nostálgico e anacrônico. Entre esses dois extremos, prefiro optar pela relativização. Ninguém tem como afirmar a fatalidade

⁶ Embora o número de pescadores com carteira profissional de pesca seja maior, segundo informações obtidas dos entrevistados, a grande maioria deles não pesca profissionalmente. São em geral trabalhadores assalariados em outros setores, que pescam sem o compromisso de tirar do mar o sustento da família.

ou a inevitabilidade do resultado de um processo histórico. A história é feita de avanços e retrocessos, permanências, continuidades e rupturas, de modo que o resultado de um processo, embora seja possível constatar tendências nele, nunca pode ser conhecido de antemão. No entanto, independentemente de a pesca artesanal estar ou não fadada à extinção, acredito que sua existência secular não possa ser desprezada enquanto fato da história local. Sendo assim, merece e deve ser devidamente estudada, registrada e divulgada, enquanto marca característica das comunidades da Baía Sul, de sua história, de sua experiência coletiva no tempo. E, indo um pouco além, por que não ser preservada, enquanto alternativa e possibilidade de vida, enquanto traço cultural e identitário da localidade, e até mesmo, do ponto de vista ecológico, enquanto economia sustentável, capaz não apenas de suprir a subsistência das famílias diretamente envolvidas, como também de atender ao mercado local e ainda contribuir para o equilíbrio ecológico da baía?

É possível que, nesse momento, a noção de patrimônio cultural contribua com a nossa reflexão. Durante praticamente todo o século XX a concepção de patrimônio esteve ligada aos bens edificados e aos critérios de excepcionalidade e monumentalidade. Mas tal entendimento já não se sustenta mais desde as últimas décadas do século passado. As lutas políticas empreendidas pela sociedade brasileira contra a ditadura militar trouxeram à tona novos atores sociais, que buscavam, entre outras coisas, maior representatividade na política e na memória histórica do país. A imagem de sociedade que se difundira até então, de uma nação homogênea e sem fissuras, foi duramente combatida pelos movimentos sociais. Já não se podia aceitar, naquele contexto de lutas cada vez mais intensas em favor da democracia, que grandes camadas da sociedade estivessem ausentes dos livros de história e das listas de patrimônio consagrado. Nessa direção é que o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 foi uma conquista da sociedade brasileira, no sentido de ver reconhecido o seu direito de representatividade no patrimônio cultural do país.

Essa política de Patrimônio Histórico [anterior à Constituição de 1988] deixou um saldo de bens tombados, sobretudo imóveis, referentes aos setores dominantes da sociedade brasileira. Houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas de câmara e cadeia como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários” (FERNANDES *apud* PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 167).

Da mesma forma, em âmbito local, os pescadores artesanais da Ilha de Santa Catarina foram historicamente invisibilizados enquanto agentes históricos e sociais. Na lista de patrimônios reconhecidos em Florianópolis, praticamente todos são edifícios de caráter religioso, militar ou civil administrativo, incluindo alguns casarões de grandes comerciantes ou altos funcionários públicos da cidade, enfim, aqueles edifícios que se enquadram nos já superados critérios de monumentalidade e excepcionalidade. De acordo com tal linha de consideração acerca do patrimônio, a pesca artesanal praticada no interior da ilha, sempre em pequena escala e para abastecer o comércio local, não possuiria os atributos necessários para ser enquadrada na condição de patrimônio. Para as elites locais, na capital catarinense, nem o pescador artesanal enquanto sujeito histórico nem a sua atividade, incluindo saberes, práticas, organização e produção material, jamais foram considerados patrimônio da cidade – entre outros motivos, porque não eram representativos da imagem que essas elites queriam fazer e apresentar de si mesmas.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, N. J. de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Cultural Catarinense; Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.
- CARDOSO, F. H. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.
- CASCAES, F. **Franklin Cascaes: vida e arte e a colonização açoriana**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- D'EÇA, O. G. **Homens e algas**. 3. ed. Florianópolis: Fundação Cultural Catarinense; Fundação Banco do Brasil; Editora da UFSC, 1992.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- _____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Faperj; DP&A, 2003.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 9 maio 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Patrimônio cultural imaterial**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 9 maio 2015.
- PEREIRA, J. S.; ORIÁ, R. Desafios teórico-metodológicos da relação educação e patrimônio. **Resgate**, Campinas, v. XX, n. 23, p. 161-171, jan.-jun. 2012.
- PEREIRA, N. do V. *et al.* **Ribeirão da Ilha – vida e retratos: um distrito em destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.
- PROGRESSO acaba com a pesca artesanal na ilha. **O Estado**, Florianópolis, 4 jan. 1981, p. 9. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- SANTOS, G. L. **A institucionalização da atividade pesqueira no Brasil: avanços e recuos da pesca artesanal e industrial em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso–Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- SEVERO, C. M. **Pesca artesanal em Santa Catarina: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira**. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SILVA, C. M. e. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

SILVA, V. L. da; LEITÃO, M. do R. de F. A. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. *In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO*, 17., 14 a 17 nov. 2012, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>>. Acesso em: 8 set. 2016.

VIOLA, P. da; CARVALHO, H. B. de. Timoneiro. *In: VIOLA, P. da. **Bebadosamba***. São Paulo: BMG, 1996. Faixa 2.

VOGEL, C. Falta de incentivo põe em risco a pesca artesanal: atividade ainda garante sobrevivência de cerca de 5 mil pessoas, mas segue tendência à extinção. **A Notícia**, Florianópolis, 8 out. 2000, p. 4. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.